



Agricultura familiar e a resistência a modernidade agrícola *Family agriculture and resistance to agricultural modernity*

OLIVEIRA, Rayane Silva de¹. SILVA, Danessa Rafaella da ²
¹UFRGS, rayane_2silva@hotmail.com; ²UFScar, danessa_rafaela@hotmail.com

Eixo temático: Agrotóxicos e Transgênicos

Resumo: O presente trabalho teve como objeto de estudo os municípios situados no alto sertão de Alagoas, assim, o objetivo geral foi analisar o índice de agrotóxico no alto sertão alagoano além de averiguar o número de agricultores familiares na região. Desta forma o trabalho contribuirá para demonstrar o quão é propícia à região para o fortalecimento da agroecologia na busca do desenvolvimento rural no semiárido. Os dados analisados foram oriundos de bases secundárias, plataformas online. A região demonstrou que a população majoritária é residente no espaço rural, ou seja, municípios que chegam a atingir 77,02% de população rural, outro dado significativo foi o índice de utilização de agrotóxico na região que é de apenas 1,08%. Concluindo que a região tem grande cultura para o desenvolvimento da agroecologia, e conseqüentemente para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Rural; Desenvolvimento; agrotóxico; semiárido; agroecologia.

Keywords: Rural; Development; agrochemical; semiarid; agroecology.

Introdução

É sabido que a produção agroalimentar que se originou e se difundiu desde a chamada Revolução Verde foi eficaz para aumentar a produção de alimentos, mas os autores relatam que os modos e as condições em que isso foi praticado acarretaram inúmeras mudanças, e no século 21 novos métodos e desafios se interpõem (OLIVEIRA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2011).

Além do mais, existem provas que produzir por meio de técnicas desenvolvidas com a finalidade do uso de agrotóxico causa sérios problemas a saúde, seja para quem ingere os alimentos ou até mesmo morte por envenenamento para os trabalhadores rurais, sem contar que é um dos vetores que gera poluição de bacias hidrográfica e as áreas de produção rural (LEMOS, 2006).

Mas, vale salientar que “[...] A agricultura continua representando um potencial de melhoria de qualidade de renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não no modelo produtivista da Revolução Verde [...]” (BROSE, 2001, p. 15).

Desta forma Caporal e Costabeber (2002, p. 13), nos trás a ideia da agroecologia, onde impera “[...] uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores [...]”. Assim, “[...] a agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os



princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais [...]” (ALTIERI, 2012, p. 105).

“Desde o início dos anos 1980, centenas de projetos de base agroecológica foram promovidos por ONGs em todo o mundo em desenvolvimento e incorporam elementos tanto do conhecimento tradicional quando da ciência agrícola moderna” (ALTIERI, 2012, p. 145).

Também em 1970 e 1980, o debate em torno da convivência com semiárido era desenvolvido, por meio de ONGs e setores da igreja católica. Ou seja, a intensão dessas organizações ou grupos era direcionada a gerar ferramentas e alternativas produtivas com culturas que resistissem mais o clima semiárido (com pouca chuva), como também adaptações de agricultores de base familiar. Essas medidas de intervenções eram caracterizadas como “convivência com a seca” ou convivência com o semiárido (CARVALHO, 2012).

“E nessa perspectiva que a agroecologia se apresenta, ou seja, de construir alternativas para tirar da crise a agricultura, especialmente a familiar, [...], valorizando a cultura e o saber dos pequenos agricultores [...]” (TEDESCO, 2006, p.31). Como também, “[...] buscando o reconhecimento e o fortalecimento da importância da agricultura familiar ecológica e produzindo alimentos saudáveis” (TEDESCO, 2006, p.31).

Diante do exposto, a pesquisa teve como objeto de trabalho os 08 municípios do alto sertão alagoano (Água Branca; Canapi; Delmiro Gouveia; Inhapi; Mata Grande; Olho D’água do Casado; Pariconha e Piranhas), região pertencente ao semiárido alagoano.

A motivação da escolha desta região se deu pelas condições edafoclimática, ou seja, diante dos limitantes ecológicos a população rural mantém sua reprodução socioambiental isenta de agrotóxico. Desta, gerou-se a seguinte problemática: Em que medida a população rural do alto sertão alagoano tem se comportado no uso de agrotóxico? Tem se configurado contrários a Revolução Verde?

Assim o objetivo geral foi analisar o índice de agrotóxico no alto sertão alagoano além de averiguar o número de agricultores familiares na região. Os objetivos específicos foram: (i) Caracterizar o alto sertão (população: rural, urbana e número de estabelecimentos rurais); (ii) o uso de agrotóxico no alto sertão alagoano e (iii) o número de agricultores familiares.

Metodologia

A presente pesquisa trabalhou com 08 municípios que estão situados no alto sertão alagoano. Metodologicamente a pesquisa foi classificada como quantitativa este tipo



de metodologia possibilitou responder a problemática pertinente trabalhada. Os dados tabulados são de origens secundárias que estão disponíveis em plataformas digitais (online) como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censo Agropecuário 2010 e 2017) e para embasar a pesquisa, utilizou-se autores que pesquisam a temática aqui discutida.

Como a região é pertencente à região semiárida, cabe descrever que o Semiárido Brasileiro possui 1.262 municípios, o que equivale a 22,65% do número total de municípios de todo Brasil, abrangendo uma área total de 1.128.698 Km² e com uma população de 27.870.241 que representa 13% da população nacional (SUDENE, 2017).

Referente ao território do Alto Sertão Alagoano, este abrange uma área total de 3.715 Km², que representa 29,52% do Semiárido Alagoano, neste reside aproximadamente 169.119 habitantes (IBGE, 2017).

Resultados e Discussão

Os dados da tabela 1 revela a população total de cada município, expressando a população total do alto sertão alagoano que é de 169.119 habitantes representando 5,41% da população total do Estado de Alagoas (3.120.494).

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL (2010)	POPULAÇÃO URBANA (2010)	POPULAÇÃO RURAL (2010)	Nº DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (2017)	Nº DE AGRICULTORES FAMILIARES (2017)
ÁGUA BRANCA	19.377	5.101	14.276	2.122	2.062
CANAPI	17.250	5.538	11.712	1.692	1.692
DELMIRO GOUVEIA	48.096	34.854	13.242	972	972
INHAPI	17.898	6.699	11.199	1.745	1.745
MATA GRANDE	24.698	5.674	19.024	3.260	3.260
OLHO D'ÁGUA DO CASADO	8.491	4.027	4.464	722	722
PARICONHA	10.264	2.796	7.468	757	757
PIRANHAS	23.045	13.189	9.856	1.074	1.074

Tabela 1. Caracterização populacional e número de estabelecimentos rurais do Alto sertão alagoano.

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2010/2017)

Nota: Elaborado pelas autoras (2019)



A tabela 1 ainda mostra que majoritariamente a população do alto sertão reside no espaço rural, levando apenas em consideração o município de Delmiro Gouveia que tem apenas 27,53% e Piranhas 42,76% residente no rural. Ao passo que temos os destaques de Água Branca 73,67%, Canapi e Mata Grande representando 67,89% e 77,02% respectivamente. Dados referentes ao ano de 2010. Já em dados mais recentes de 2017, com relação ao número de estabelecimentos agropecuários no alto sertão alagoano, este possui 12.344 estabelecimentos. O número de agricultores familiares é de 12.284 representando 7,26 % da população total. Já na tabela 2 dados representativos a respeito do uso de agrotóxico revelam o comportamento do alto sertão alagoano no ano de 2017.

Uso de Agrotóxico	Não		Sim	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Água Branca	2.108	99,81%	10	0,47%
Canapi	1.666	98,46%	14	0,82%
Delmiro Gouveia	962	98,97%	05	0,51%
Inhapi	1.611	92,32%	33	1,89%
Mata Grande	3.151	96,60%	62	1,90%
Olho D'água do Casado	716	99,16%	05	0,69%
Pariconha	756	99,86%	01	0,13%
Piranhas	1.071	99,72%	03	0,27%

Tabela 2. Uso de agrotóxicos no Alto Sertão Alagoano -2017.

Fonte: Censo Agropecuário (2017)

Nota: Elaborado pelas autoras (2019)

Como demonstrado na Tabela 1, o alto sertão alagoano possui 12.284 estabelecimentos agropecuários e apenas 1,08% (Tabela 2) dos estabelecimentos utilizam agrotóxico na propriedade. Mata Grande possui o maior número de estabelecimentos agropecuários e apenas 1,90% utilizam algum tipo de agrotóxico. Pariconha demonstra que 01 estabelecimento utiliza aditivo químico, ou seja, os 08 municípios do alto sertão alagoano todos expressam valores acima de 90% sem o uso de agrotóxico. Isso significa que se existir produções nestes estabelecimentos os mesmos estão trabalhando de forma ecológica ou agroecológica. Estes agricultores estão instalados no semiárido, onde o índice de chuva é baixo. Desta forma o escritor Altieri (2012, p. 178), explica que os agricultores necessitarão “[...] estruturar um arcabouço que sintetize o conjunto de estratégias tradicionais, processos socioculturais e sistemas de valores associados que conceda esse caráter adaptativo ao manejo dos recursos naturais em cada local”.

Um debate recente e válido para o semiárido é a convivência com o semiárido e não a velha história de acabar com seca. Desta forma os agricultores da região supracitados, como alguns recentes trabalhos revelam que existem técnicas e ferramentas adaptadas para o clima semiárido, como por exemplo: “Os policultivos, [...] quando comparados às monoculturas, apresentam maior estabilidade de



produção e taxas menores de queda de produtividade durante a seca” (ALTIERI, 2012, p. 170).

Conclusões

Com o questionamento no qual a pesquisa se propôs a responder “Em que medida a população rural do alto sertão tem se comportado no uso de agrotóxico? Tem se configurado contrários a Revolução Verde?”.

O alto sertão ainda hoje resiste ao pacote tecnológico, demonstrando fortes tendências a criar ferramentas para o desenvolvimento rural sustentável, revelando baixo índice de utilização de insumos químicos nas propriedades agropecuárias, mesmo diante dos limitantes ecológicos. São dados que exprime em síntese uma conservação cultural na forma de trabalho, já que a expressão negativa à modernidade agrícola é clara.

A pesquisa teve suas limitações no âmbito de não ter averiguado dados primários no intuito de descobrir o comportamento dos agricultores familiares nas suas unidades produtivas, porém contribuirá para demonstrar o quão baixa é a cultura do agrotóxico da região do alto sertão alagoano.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agricultura: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular 2012.

BROSE, M. Desenvolvimento Rural: Potencialidades em Questão. ETGES, V. E. (Orgs.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2001.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no semiárido brasileiro**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico e Censo Agropecuário**. 2017. Acesso em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 07 de jun de 2019.

LEMOS, R.B.P. Experiência de comercialização de produtos agroecológico. In: FIGUEIREDE, M.A.B; LIMA, J.T (Orgs.). **Agroecologia: Conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006. p.256.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



OLIVEIRA, D; GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciências e Tecnologias**. Brasília, v.28, n.1, p.17-49, jan/abr.2011.

SUDENE. **Delimitação do Semiárido**. 2017. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>> Acesso em: 07 de jun de 2019.

TEDESCO, J. C. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006. 203p.